

ATA N.º 7/2021**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE S. JOÃO DA PESQUEIRA, REALIZADA EM 20 DE DEZEMBRO DE 2021**

Aos vinte dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e um, pelas catorze horas e quinze, no Salão Nobre do Município, reuniu a Assembleia Municipal de São João da Pesqueira, por convocatória do seu Presidente, de nove de dezembro do ano corrente, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- Ponto 1 - **Apreciação da Atividade Municipal;**
- Ponto 2 - **Análise, discussão e votação do Regimento da Assembleia Municipal;**
- Ponto 3 - **Análise, discussão e votação da Proposta de Fixação da Taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis Urbanos para efeitos da alínea c) do n.º 1 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro;**
- Ponto 4 - **Análise, discussão e votação da Proposta de Fixação da Participação Variável no IRS, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Lei das Finanças Locais);**
- Ponto 5 - **Análise, discussão e votação da Proposta de organização dos Serviços Municipais – Artigo 6.º do Decreto – Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro;**
- Ponto 6 - **Análise, discussão e votação dos documentos Previsionais para o ano de 2022 e seguintes;**
- Ponto 7 - **Análise, discussão e votação do Mapa de Pessoal para o ano de 2022;**
- Ponto 8 - **Análise, discussão e votação da Fixação da Taxa Municipal dos Direitos e Passagem para 2022;**
- Ponto 9 - **Análise, discussão e votação do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de S. João da Pesqueira (2021-2030);**
- Ponto 10 - **Análise, discussão e votação da Proposta de nomeação do Auditor Externo;**
- Ponto 11 - **Análise, discussão e votação do Protocolo de Colaboração de Apoio Financeiro para a realização de investimentos diversos por parte da Freguesia de Castanheiro do Sul;**
- Ponto 12 - **Análise, discussão e votação do Protocolo de Colaboração de Apoio Financeiro para a realização de investimentos diversos por parte da Freguesia de Ervedosa do Douro;**
- Ponto 13 - **Análise, discussão e votação do Protocolo de Colaboração de Apoio Financeiro para a realização de investimentos diversos por parte da Freguesia de Nagoselo do Douro;**

- Ponto 14 - Análise, discussão e votação do Protocolo de Colaboração de Apoio Financeiro para a realização de investimentos diversos por parte da Freguesia de Paredes da Beira;
- Ponto 15 - Análise, discussão e votação do Protocolo de Colaboração de Apoio Financeiro para a realização de investimentos diversos por parte da Freguesia de Riodades;
- Ponto 16 - Análise, discussão e votação do Protocolo de Colaboração de Apoio Financeiro para a realização de investimentos diversos por parte da Freguesia de Soutelo do Douro;
- Ponto 17 - Análise, discussão e votação do Protocolo de Colaboração de Apoio Financeiro para a realização de investimentos diversos por parte da Freguesia de Vale de Figueira;
- Ponto 18 - Análise, discussão e votação do Protocolo de Colaboração de Apoio Financeiro para a realização de investimentos diversos por parte da Freguesia de Valongo dos Azeites;
- Ponto 19 - Análise, discussão e votação do Protocolo de Colaboração de Apoio Financeiro para a realização de investimentos diversos por parte da União de Freguesias de S. João da Pesqueira e Várzea de Trevões;
- Ponto 20 - Análise, discussão e votação do Protocolo de Colaboração de Apoio Financeiro para a realização de investimentos diversos por parte da União de Freguesias de Trevões e Espinhosa;
- Ponto 21 - Análise, discussão e votação do Protocolo de Colaboração de Apoio Financeiro para a realização de investimentos diversos por parte da União de Freguesias de Vilarouco e Pereiros;
- Ponto 22 - Análise, discussão e votação da Proposta de Minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município de S. João da Pesqueira e a Freguesia de Castanheiro do Sul;
- Ponto 23 - Análise, discussão e votação da Proposta de Minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município de S. João da Pesqueira e a Freguesia de Ervedosa do Douro;
- Ponto 24 - Análise, discussão e votação da Proposta de Minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município de S. João da Pesqueira e a Freguesia de Nagoselo do Douro;
- Ponto 25 - Análise, discussão e votação da Proposta de Minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município de S. João da Pesqueira e a Freguesia de Paredes da Beira;
- Ponto 26 - Análise, discussão e votação da Proposta de Minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município de S. João da Pesqueira e a Freguesia de Riodades;
- Ponto 27 - Análise, discussão e votação da Proposta de Minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município de S. João da Pesqueira e a Freguesia de Vale de Figueira;
- Ponto 28 - Análise, discussão e votação da Proposta de Minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município de S. João da Pesqueira e a União de Freguesias de São João da Pesqueira e Várzea de Trevões;



- Ponto 29 - Análise, discussão e votação da Proposta de Minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município de S. João da Pesqueira e a União de Freguesias de Trevões e Espinhosa;
- Ponto 30 - Análise, discussão e votação da Proposta de Minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município de S. João da Pesqueira e a União de Freguesias de Vilarouco e Pereiros;
- Ponto 31 - Análise, discussão e votação do quadro de transferência de competências para a Freguesia de Castanheiro do Sul;
- Ponto 32 - Análise, discussão e votação do quadro de transferência de competências para a Freguesia de Ervedosa do Douro;
- Ponto 33 - Análise, discussão e votação do quadro de transferência de competências para a Freguesia de Nagoselo do Douro;
- Ponto 34 - Análise, discussão e votação do quadro de transferência de competências para a Freguesia de Paredes da Beira;
- Ponto 35 - Análise, discussão e votação do quadro de transferência de competências para a Freguesia de Riodades;
- Ponto 36 - Análise, discussão e votação do quadro de transferência de competências para a Freguesia de Soutelo do Douro;
- Ponto 37 - Análise, discussão e votação do quadro de transferência de competências para a Freguesia de Vale de Figueira;
- Ponto 38 - Análise, discussão e votação do quadro de transferência de competências para a Freguesia de Valongo dos Azeites;
- Ponto 39 - Análise, discussão e votação do quadro de transferência de competências para a União de Freguesias de S. João da Pesqueira e Várzea de Trevões;
- Ponto 40 - Análise, discussão e votação do quadro de transferência de competências para a União de Freguesias de Trevões e Espinhosa;
- Ponto 41 - Análise, discussão e votação do quadro de transferência de competências para a União de Freguesias de Vilarouco e Pereiros.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu a sessão, cumprimentando o Executivo, membros da Assembleia, Público e Funcionários. Sendo a primeira sessão do mandato, espera de todos contributos positivos para o desenvolvimento e bem-estar da população do Concelho. Para aqueles que, nesta Assembleia, têm assento pela primeira vez explicou que as sessões são compostas por três períodos um dos quais destinados ao público. As intervenções dos membros desta Assembleia são limitadas no tempo. Pediu a colaboração de todos para que a sessão fosse produtiva.

Informou o público de que, se quisesse intervir, teriam de preencher a ficha de inscrição com o nome, morada, o assunto e entregá-la à mesa. Informou também que iriam fazer um intervalo para um momento musical patrocinado pela Banda de Nagoselo do Douro e que, por força da Pandemia que ainda nos assola, não haverá jantar de Natal.

De seguida, passou a palavra ao Senhor Tiago Silva para que este procedesse à chamada. Notaram-se as ausências da Senhora Cláudia Martins, que posteriormente apresentará justificação, e dos Senhores António Balça e Frederico Selores, este com

ausência justificada, e do senhor José dos Santos. A Presidente de Valongo dos Azeites faz-se substituir pelo Secretário da Junta, o Senhor José Saraiva.

O Senhor Presidente da Assembleia pediu um minuto de silêncio pelo falecimento do Senhor Eduardo Boaventura que foi Presidente de Junta do Castanheiro do Sul.

Solicitou aos representantes da autarquia eleitos para as várias Comissões e Conselhos Municipais para que informassem a Assembleia sobre as reuniões realizadas e temas discutidos.

A Senhora Anabela de Sousa informou que a Comissão da Defesa da Floresta contra Incêndios reuniu no dia 25 de novembro para os novos membros tomarem posse. No dia 10 de dezembro efetuou-se a consolidação do Plano Municipal da Defesa da Floresta contra Incêndios e foi dado parecer aos processos de licenciamento de obras. O Senhor Teófilo Anjos cumprimentou os presentes, informou que decorreu nos dias 11 e 12 de dezembro em Aveiro o XXV Congresso da ANMP, o tema era o Poder Local pelos Portugueses e pelos Cidadãos. Foi feita a eleição dos novos órgãos dessa associação, foi a primeira vez que uma mulher foi eleita Presidente da ANMP, a Presidente da Câmara Municipal de Matosinhos Luísa Salgueiros e foi a primeira vez que um Presidente da Câmara Municipal de São João da Pesqueira faz parte do Conselho Diretivo, isto deve orgulhar-nos a todos pois o nosso Concelho está representado numa Associação tão prestigiada. Falou-se na descentralização, as diferenças entre os distritos, grande parte não consegue fazer face às competências que receberam, o "envelope" financeiro não existe ou traz pouco dinheiro. É difícil para os autarcas assumirem a saúde, rodovias e educação pois são precisas algumas obras nas infraestruturas, o assunto ainda vai ser muito discutido, mas espera que a regionalização e descentralização aconteça. Esteve na abertura o Senhor Primeiro Ministro e no seu encerramento o Senhor Presidente da República.

O Senhor Presidente da Assembleia pediu a dispensa da leitura das atas para as colocar a votação e abriu inscrições para correções.

A Senhora Lourdes Marinho interveio dizendo que na ata de setembro entende que fosse só para dar conhecimento da mesma. Em relação à ata de tomada de posse, na sua opinião, não está correta, pois uma ata extraordinária só pode ter um ponto. Esta eleição para a Associação Nacional de Municípios costuma ser feita logo na ata da tomada de posse, não como reunião extraordinária pois a mesa já estava eleita. No seu entendimento, os discursos também não deviam constar da ata e, por tudo isto, o seu voto ia ser contra.

Quanto à ata seis pareceu-lhe estar correta.

O Senhor Presidente da Assembleia esclareceu que ata de setembro, sendo do mandato anterior, era aprovada nesta sessão só com os votos dos membros da Assembleia presentes na sessão de setembro. A ata da tomada de posse também tem que ser aprovada nesta sessão e a ata extraordinária de novembro também terá que ser apreciada nesta Assembleia.

Não havendo mais nenhuma inscrição para correção às atas, o Senhor Presidente colocou a ata de setembro a votação a mesma foi aprovada por unanimidade dos presentes que pertenciam ao mandato anterior. Colocada a ata cinco a votação a mesma foi aprovada por maioria com um voto contra da Senhora Lourdes Marinho. Por fim, colocou à votação a ata seis, tendo esta sido aprovada por unanimidade. Continuou os trabalhos, dando nota da correspondência recebida dizendo que a mesma se encontra na pasta anexa para quem a quiser consultar.



Período antes da Ordem do Dia

O Senhor Joaquim Carvalho deu os parabéns ao Presidente da Câmara por ter sido eleito para o Conselho Diretivo da Associação Nacional de Municípios. Pela primeira vez foi eleito um representante dos Movimentos Independentes, mas acima de tudo pelo nosso Concelho. No dia vinte e um esteve na Quinta de Santa Bárbara a Ministra da Agricultura para assinatura de um protocolo com um investimento de um milhão de euros. Questionou onde ia ser gasto e em quê. Se foram abordados outros temas do interesse do Concelho, pois não é todos os dias que temos cá a Ministra da Agricultura e o nosso Concelho, sendo ele agrícola, há que aproveitar e abordar outros temas.

A Senhora Lourdes Marinho questionou o Senhor Presidente se a obra do cemitério em Ervedosa do Douro pertencia à Câmara ou à Junta de Freguesia e se houve alguma participação nas obras. Quanto ao desaterro gostava de saber quem pagou, e se foi a Câmara quanto custou, pois houve uma grande movimentação de terras e sabe que estava prometido o desaterro do Intermarché para o cemitério de Ervedosa. Em relação ao muro de suporte que separa o caminho público da Quinta do Sino questionou o valor. Em tempos houve a promessa do proprietário em doar o terreno para fazer o estacionamento em espinha e em contrapartida o dono da quinta só queria que lhe fizessem o muro de suporte. Quanto às obras da nova Praça de Ervedosa, deixou um alerta, pois quando começou a haver movimentação de máquinas e desaterro, rebentou o muro que vai dar à Costa, precisamente por ser muito o volume de águas.

O Senhor António Froufe questionou em que ponto de situação está o nosso Concelho em termos de Covid, se apresenta ou não casos diários e qual o valor total de casos desde o início da pandemia e o que está previsto fazer para colmatar esta situação. Questionou quem foi convidado a estar presente aquando da visita da Ministra da Agricultura, se a todo o Executivo ou só aos três que estão a exercer funções. Nas redes sociais fazem referência ao Cineteatro como Cineteatro de S. João da Pesqueira em vez de Cineteatro João Costa, não concorda, pois, o Senhor João Costa fez muito pelo nosso Concelho e era uma forma de o homenagear.

O Senhor Presidente da Câmara informou que o processo da Unidade de Cuidados Continuados continua atrasado, tem insistido, mas a resposta do Ministério da Saúde é sempre a mesma, estão focados no combate à pandemia, o edifício do Centro de Saúde já está do nosso lado e está prestes a ser registado houve alguns problemas pois o edifício nem sequer estava registado, estava nas finanças não estava na conservatória, estamos a ultrapassar essa fase para avançar. Quanto à estrada 222-3 o processo está na mesma, continua na Secretaria do Estado e Orçamento. A estrada 222 requalificação Pesqueira- Bateiras está a avançar receberam o relatório a Câmara fez sugestões estão a aguardar. Quanto às atividades houve o Mundo Mágico do Natal, passaram do Salão de Exposições para a Mata do Cabo por causa da pandemia. É um espaço aberto, oferece mais segurança e é um espaço fantástico para aquele tipo de evento. O evento custou quase vinte mil euros pagos à empresa e seguro, pois o resto do trabalho foi feito pelos funcionários do Município. Não irá haver o almoço e festa dos Idosos, irá ser atribuído um vale de 25€ para gastar no comércio local, como no ano passado. Vão fazer o mesmo às crianças. Se quiserem dar sugestões a proposta de regulamento para apoio ao nascimento e adoção no Concelho vai iniciar. Aprovaram uma candidatura "Inspira" com os três museus, o Museu do Vinho, o Museu do Douro e o Museu do Côa, com alguns eventos musicais.

O Executivo desde o início apostou na promoção e divulgação do Concelho e estar presente nas grandes feiras de turismo e promoção de produtos endógenos. Mencionou todas as feiras em que o Município irá estar presente e para quem quisesse facultava o número de visitantes. Desde há sete anos o Museu do Vinho tem registado records de entradas. No mês de agosto de 2021 registaram-se setecentas entradas e três mil euros de vendas de produtos regionais. No final do ano prevê-se três mil visitas mais que duplicaram as entradas.

O investimento de um milhão e cem mil euros é um investimento em infraestruturas da própria quinta, dos edifícios todos. Foi celebrado um protocolo com a Esprodouro e o Ministério da Agricultura. A quinta vai estar ao serviço da Esprodouro para alguns cursos, mas isso ainda está em aberto podendo dar frutos no futuro.

Os cemitérios são exclusivamente obras da Junta de Freguesia, no anterior mandato fez dois empréstimos para ter receita e ajudar os Presidentes de Junta a fazerem obras nas suas freguesias. Falou com todos os Presidentes de Junta para perceber que obras eram necessárias, uns quiseram caminhos e dois dos Presidentes de Junta, Vale de Figueira e Ervedosa, tinham necessidade em alargar os cemitérios. As verbas foram distribuídas a todas as freguesias de forma equitativa. A Câmara deu cerca de sessenta mil euros à Junta de Ervedosa para que esta pudesse alargar o cemitério como deu às outras freguesias. O dono da Quinta, o Senhor Manuel Mesquita, doou toda a parte que fica para estacionamento com a contrapartida de fazerem o muro. Não percebeu como a mensagem da terra ser do Intermarché, pois ele nunca disse isso. O Intermarché ia desaterrar e a Praça de Ervedosa precisava de terra, falou com o responsável do Intermarché, mas eles não quiseram começar na mesma altura por causa da pandemia, então surgiu a hipótese de tirar a terra da Quinta do Sino para a Praça, solução ainda melhor. Houve um problema de abatimento de estrada que não teve a ver com estas obras, foram as obras anteriores. De acordo com os engenheiros bastava colocar uma conduta de 600 e colocou uma conduta de 800 para suporte. A conduta que passava por baixo da estrada era muito inferior, obras feitas anteriormente, não teve nada a ver com a obra da Praça do Vinho do Porto.

Os Presidentes de Câmara só têm conhecimento dos números de casos de Covid porque insistiram muito e ultimamente as informações já são quase sigilosas, sabe que têm surgido alguns casos. Trabalha sempre em articulação com o ACES, passa horas a ajudar o ACES junto das famílias, das escolas como foi há algum tempo. Explicou que não tiraram o nome do Cineteatro quando aparece nos panfletos "venha ao Cineteatro da Pesqueira" é para promover a Pesqueira, o Cineteatro continuará a chamar-se Cineteatro João Costa.

A Senhora Lourdes Marinho interveio novamente dizendo que tinha de discordar do Senhor Presidente, a obra é da Junta, mas houve gastos excessivos ao transportar a terra de uns lados para os outros. Houve terra tirada do cemitério para a nova Praça e depois da nova Praça para o cemitério isto implica custos e foi aí o primeiro abatimento da estrada e da conduta parando na rua da Costa. A primeira doação foi feita pelo proprietário, pelo Senhor Couto, e em contrapartida faziam-lhe o muro, o Senhor Eng. Mesquita se deu alguma coisa foi para alargar um bocadinho porque a primeira doação dava perfeitamente para haver passagem e estacionamento. O Eng. Mesquita tem o seu valor, mas a doação tinha sido feita pelo proprietário antes de haver compra e "trocas e baldrocas" da Quinta do Sino. Ninguém está a pôr em causa os negócios, ninguém tem nada a ver com isso, mas a realidade é esta. "Sejamos transparentes".

O Senhor Presidente da Câmara não percebe a Senhora Lourdes Marinho pois esta está preocupada porque o Eng. Mesquita até doou demais, desconhece a doação feita antes do Senhor Eng. Mesquita. Claro que se gastou dinheiro a acartar terra, se era preciso terra teve de se gastar dinheiro. Não ficava mais barato trazer a terra do Intermarché. A obra da Praça é da Câmara a terra era da Câmara só tiveram que pagar os camiões.

Ponto 1 – Apreciação da Atividade Municipal.

O Senhor Presidente da Assembleia abriu inscrições para este ponto.

O Senhor Joaquim Carvalho apelou mais uma vez ao Senhor Presidente da Câmara para que alargasse o ginásio, pois os utilizadores deste espaço são cada vez mais. Os números não são maiores por causa da pandemia pois o acesso está limitado.

Em relação ao pavilhão municipal há algum tempo houve uma reformulação no sistema de água. Ultimamente por causa da pandemia os alunos não tomam banho, mas a água quente demora a vir e no mesmo balneário há chuveiros a sair água quente e outros água fria. Pediu para que esta situação fosse resolvida.

Deu os parabéns ao Executivo pela continuidade das bolsas dadas aos alunos, pediu ao Executivo que duplicasse as bolsas de apoio social pois se há dinheiro bem gasto é nas bolsas.

Questionou de que trata a candidatura da Port Wine Square e qual o balanço da participação do Município nos três eventos.

O Senhor Presidente da Câmara disse que têm investido no desporto. Foi feito um balneário para as crianças, o alargamento do ginásio está previsto. A candidatura para o piso do pavilhão está a avançar, no próximo ano terminam o estádio municipal e no próximo ano também, espera que as estruturas que o Senhor Joaquim Carvalho refere tenham todas as condições. Quanto às bolsas têm 22 bolsas de apoio social e é dado o valor das propinas. Quando chegaram à Câmara havia uma bolsa de mérito, passaram para cinco, neste momento já são quinze, todos os alunos com nota superior a catorze tiveram direito a bolsa de mérito. A Praça Wine Square, Praça do Vinho do Porto, é a Praça de Ervedosa, a obra já está adjudicada, no entanto candidataram-se ao PROVER para ver se têm direito a mais algum dinheiro. De seguida mencionou as visitas que têm tido nas presenças em feiras: em Xantar foi de oitocentas pessoas o stand ficou-nos em mil e vinte euros, no Encontro com Vinhos as visitas registadas foram de duzentas e cinquenta pessoas, em Espanha, no mês de novembro, visitantes ao stand novecentas pessoas o stand foi grátis pois estiveram juntos com o Turismo Porto e Norte, em Madrid mil e quatrocentas pessoas visitas ao stand, em Santarém duas mil e quatrocentas e na Entur mil e quatrocentas pessoas.

Terminadas as intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal fez um intervalo para ouvir a Banda de Nageselo do Douro.

Retomados os trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor Tiago Silva para que este procedesse à chamada.

Notaram-se as mesmas ausências mais a do Senhor Joaquim Carvalho.

Ponto 2 – Análise, discussão e votação do Regimento da Assembleia Municipal.

O Senhor Presidente da Assembleia abriu o ponto questionando quem queria dar sugestões para o mesmo.

A Senhora Lourdes Marinho quanto ao ponto em questão deu algumas sugestões que se encontram em anexo à presente ata.



O Senhor Presidente da Assembleia disse que algumas das propostas estão cobertas pela Lei n.º 169/99, portanto não podemos contrariá-la nem faz sentido estar a transferi-las para o Regimento pois nada acrescentam. Colocadas as sugestões à votação as mesmas não foram aprovadas com doze votos contra e seis a favor. Colocadas as sugestões à votação as mesmas não foram aprovadas com os votos contra dos Senhores Eduardo Frederico, Vítor Tomé, João Cardoso, Tiago Silva, Manuel Fernandes, Carlos Ventura, José Cabral, António Silva, Teófilo dos Anjos e Artur Ferreira e das Senhoras Mónica Barreleiro, Anabela de Sousa, Amélia Figueira, Suzana dos Santos e Marcolina Sequeira.

De seguida, o Senhor Tiago Silva apresentou, também, propostas de alteração ao Regimento, as quais se encontram em anexo à presente ata. Colocadas à votação as mesmas foram aprovadas por maioria, nesse sentido as alterações ao regimento são: n.º 2 do Artigo 5.º: Substituir a notificação ao interessado "por via postal" por "por e-mail", pois todos os membros da Assembleia têm e-mail, é mais rápido e mais eficiente. Alteração do n.º 1 do artigo 9.º: Onde está "...realizadas sempre na última..." substituir por "...realizadas preferencialmente na última..." pois assim permite que as assembleias se realizem noutros dias, dando assim maior flexibilidade na escolha do dia. No mesmo artigo n.º 1: Alterar a ordem de preferência para a convocação das reuniões da Assembleia, dando preferência ao e-mail, que ficaria como alínea a), com a seguinte redação: "Através de e-mail, a não ser que o membro da assembleia municipal manifeste por escrito, junto da Mesa, que pretende receber a convocatória por outro meio à sua disposição", passando a convocatória "Por carta com aviso de receção" a ser a alínea c) e mantendo-se a alínea b) como está.

Ponto 3 - Análise, discussão e votação da Proposta de Fixação da Taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis Urbanos para efeitos da alínea c) do n.º 1 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro.

O Senhor Presidente da Assembleia abriu o ponto, passando a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

O Senhor Presidente da Câmara disse que a proposta de fixação da taxa do IMI é o mínimo 0,3%.

Não havendo inscrições para debate do ponto, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade.

Ponto 4 - Análise, discussão e votação da Proposta de Fixação da Participação Variável no IRS, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Lei das Finanças Locais).

O Senhor Presidente da Assembleia abriu o ponto, passando a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

O Senhor Presidente da Câmara disse que a proposta era a taxa máxima 5%. Há mais dois escalões, logo uma melhor distribuição dos encargos e não tem impacto nos municípios ou nas empresas com menos rendimentos, a ideia é salvaguardar estas pessoas. Todos aqueles que tenham rendimentos inferiores a nove mil duzentos e quinze euros não serão afetados, os agricultores que têm rendimentos inferiores a vinte e três mil seiscientos e noventa e cinco também não serão afetados. Cada 1% que abdicarmos significa nas nossas receitas trezentos e vinte e três mil euros. O Município aplica a taxa mínima do IMI e a redução da taxa que está no regulamento municipal



das isenções fiscais, não aplicaram taxa da derrama, estão a isentar os munícipes de taxas de obras quando é a primeira habitação. Dão bolsas de estudo, apoiam o comércio local, apostam muito na ação social e no apoio à habitação.

A Senhora Lourdes Marinho disse que acha a taxa do IRS excessiva, o Senhor Presidente disse que já dão isto e aquilo, mas de facto os 5% é o máximo. Questionou se ao elevar a taxa de IRS está a incentivar a economia local e se seria uma ajuda dada a situação pandémica que atravessamos. Em vez de incentivar a economia está a condenar a economia. A classe baixa/média não faz IRS, com esta medida fica prejudicada a classe média alta que são os agricultores e os empresários. O seu voto será contra e com declaração de voto da sua bancada que se passa a transcrever:

"Por considerarmos uma taxa muito elevada e dada a situação da pandemia nos anos 2020/21 entendemos que não se está a proteger a classe média, afetando a economia local nas vertentes, agrícola, comercial e pequenas e médias empresas."

O Senhor Presidente referiu que se diminuíssem a taxa iam prejudicar aqueles que têm menos. Não são mais impostos, pois os impostos é o Estado que os cobra. Voltou a frisar que com esta taxa não prejudica os que mais precisam.

A Senhora Lourdes Marinho interveio novamente dizendo que o Senhor Presidente na sua resposta desviou o assunto do IRS.

O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação, o mesmo foi aprovado por maioria com os votos contra dos Senhores António Froufe, António Costa, Carlos Carvalho, João Almeida e das Senhoras Lourdes Marinho e Ricardina Aguiar.

Ponto 5 - Análise, discussão e votação da Proposta de organização dos Serviços Municipais – Artigo 6.º do Decreto – Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro.

O Senhor Presidente da Assembleia abriu o ponto passando a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

O Senhor Presidente da Câmara explicou que o Município aceitou matérias que dizem respeito à transferência de competências na educação, ação social e saúde. Com estas transferências é necessário organizar os serviços. Pretende criar-se, acima das três divisões que existem, um departamento e este coordena todas as divisões. Não vão ser criados mais lugares porque a Divisão Administrativa e Financeira ficará sem chefia, sendo coordenada pelo departamento. Não haverá nenhum agravamento em relação a custos para além de duzentos euros mensais.

O Senhor Presidente da Assembleia abriu um período de inscrições para quem quisesse intervir.

A Senhora Lourdes Marinho acha que a criação de mais um gabinete gera custos. Questionou quantas pessoas vão fazer parte dele. Isto vai implicar muitos gastos e para o nosso Município acha que não era preciso. Vai abster-se, pois a Câmara já tem muito pessoal, e um Concelho com mais ou menos sete mil habitantes não se pode dar ao luxo, só por ser Lei, que se gaste mais.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu que no departamento ficava uma pessoa. As três divisões mantêm-se, a ideia é criar uma transversal a todas e para isso criar-se-á o departamento. Com as novas competências é necessário criar-se este departamento que coordene os serviços todos.

A Senhora Lourdes Marinho não concorda com o Senhor Presidente pois este departamento tem que ter alguém licenciado com o cargo de diretor de grau I.



Não havendo mais inscrições para debate deste ponto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou-o a votação, e este foi aprovado por maioria com as abstenções das Senhoras Lourdes Marinho e Ricardina Aguiar e do senhor João Almeida.

Ponto 6 - Análise, discussão e votação dos documentos Previsionais para o ano de 2022 e seguintes.

O Senhor Presidente da Câmara disse que "os Documentos Previsionais para 2022-2026 agora apresentados, que compreendem, entre outros, as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2022, marcam o início do novo mandato autárquico 2021-2025.

Tivemos em consideração os princípios que devem nortear a atividade financeira do município, bem como aquilo que consideramos ser a nossa visão para o Concelho e que passa por garantir um equilíbrio entre o rigor nas contas públicas e o necessário desenvolvimento socioeconómico do mesmo.

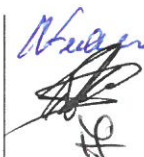
Os resultados falam por si: Nos últimos 4 anos, para além de se ter realizado investimento em montante "recorde", reduziu-se a dívida total do município em cerca de 1,8 milhões de euros, tendo-se resolvido, ainda, alguns dossiers complexos que por nós foram herdados, como é exemplo a dívida às Águas do Norte, no valor de quase 4 milhões de euros, e o dossier dos "Precários".

Mas os desafios não acabam aqui, nem muito menos nos damos por satisfeitos. Sabemos que o desenvolvimento que pretendemos para o Concelho nos obriga a um trabalho permanente e cada vez mais exigente e complexo. Vivemos tempos de permanente mudança e incerteza e, por isso, trabalhamos com a convicção de que nada é garantido, senão a nossa persistência e trabalho para alcançar os objetivos a que nos propusemos. E, como todos sabem, até por serem públicos, esses objetivos são bastante ambiciosos.

Assim, com a presente proposta de Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2022, apresentamos a nossa visão para os próximos exercícios económicos, refletindo a continuidade da nossa aposta na organização e melhoria dos serviços e no aumento da sua eficácia e eficiência e o investimento em áreas fundamentais para o desenvolvimento socioeconómico do Concelho, como o turismo, a agricultura, a educação, a saúde, entre outras, sem descurar o apoio às várias entidades, desde freguesias, associações, IPSS`S e Paróquias.

Continuaremos a trabalhar para consolidar os projetos que veem sendo reclamados como fundamentais para o nosso desenvolvimento, como é o caso da requalificação da EN222/3 Pesqueira-Ferradosa e da EN222 Bateiras-S. João da Pesqueira, a Unidade de Cuidados Continuados, a abertura do Tribunal nos moldes anteriores à reforma de 2013, o aumento de valências no Centro de Saúde, entre outros projetos que consideramos relevantes para o Concelho. Neste âmbito, importa referir que há poucos dias foi assinado um protocolo de Gestão e Promoção do Edifício da Quinta de Santa Bárbara, em parceria com a DRAP-N e a Escola Profissional, do qual resultará um investimento de 1,1 milhões de euros por parte do Governo.

Apesar da redução de mais de 620 mil euros de transferências do FEF e do FSM previstas na proposta do orçamento de estado para 2022, o município de S. João da Pesqueira manteve no orçamento para 2022 os níveis de apoio, de atividade e de investimento ao nível de 2021, como poderá ser comprovado na análise detalhada do presente documento.



Estamos a avançar a bom ritmo com projetos relevantíssimos para colocar o Concelho de S. João da Pesqueira num patamar de excelência no que se refere ao seu posicionamento Turístico na região do Douro, sendo de salientar a requalificação da zona envolvente às Bateiras, da zona ribeirinha da Ferradosa, do Miradouro de S. Salvador do Mundo e a construção da Porto Wine Square em Ervedosa do Douro. A estes investimentos, estão associadas diversas atividades potenciadoras dessas infraestruturas, destacando-se os eventos promocionais, como as Feiras Turísticas e os eventos realizados em S. João da Pesqueira (Vindouro, Festa dos Saberes e Sabores, entre outros).

É dada especial relevância ao nosso tecido empresarial, destacamos o elevado investimento que tem sido feito pelo município em caminhos agrícolas nas freguesias, a expansão da Zona Industrial, o programa de apoio ao empreendedorismo e à criação de novas empresas e novos empregos, bem como as iniciativas de apoio ao comércio tradicional corporizadas pelos vales de compras emitidos pelo município e das várias isenções fiscais e de taxas que têm sido praticadas. Mas queremos, ainda, garantir que os nossos empresários estão em condições para aproveitar as oportunidades do Portugal 2030 e do PRR, pelo que iremos criar condições para que o nosso Gabinete de Empreendedorismo esteja na linha da frente nessas matérias.

No que se refere à melhoria da qualidade de vida dos nossos munícipes, temos um conjunto de iniciativas e investimentos alinhados com esse objetivo. A título de exemplo, será de referir todo o investimento feito na Educação, com transportes gratuitos, reforço do número de bolsas de estudo sociais e de mérito, atividades dirigidas às crianças e alunos dos vários ciclos de estudo, apoio para aquisição de livros e material escolar, entre outros, investindo nesta Função 719.920 euros. Mas, também, a continuidade dos programas no âmbito da Ação Social, Saúde e Proteção Civil são exemplos relevantes que não podemos deixar de frisar, sendo de destacar, no que à Ação Social diz respeito, a Estratégia Local de Habitação. No que se refere à saúde, estamos a fazer todos os esforços para dar condições de fixação de médicos no Concelho, trazer mais valências para o centro de saúde, implementar a UCC e manter a Unidade Móvel de Saúde em pleno funcionamento. Será, ainda, de destacar o apoio às IPSS'S na construção das ERPI'S. Em matéria de Proteção Civil, destacamos o apoio às Associações Humanitárias dos Bombeiros Voluntários de S. João da Pesqueira e Ervedosa do Douro, estando previstos apoios de 170.000 euros em 2022 para financiar a sua atividade e manter as Equipas de Intervenção Permanente em funcionamento. No que à Cultura se refere, para além dos habituais eventos, apoios às associações e serviços disponibilizados (Biblioteca, Museus, Cineteatro, entre outros), temos várias candidaturas comunitárias aprovadas para a realização de vários eventos e iniciativas neste âmbito, conforme detalhado no Plano de Atividades para 2022.

Serão, também, de destacar os investimentos a realizar no âmbito do Desporto e Tempos Livres, nomeadamente na 2.ª fase do Estádio Municipal, através da colocação de bancadas e balneários.

Não obstante a perda de receita do FEF, conforme já referido, a manutenção e, em alguns casos, o reforço das verbas transferidas para as freguesias, num montante que ascende a 774.759 euros e que não encontra paralelo em nenhum município da região, para além de todo o investimento que é feito diretamente pelo município.

Em concreto, no orçamento para 2022 e nas GOP'S para 2022 e 2026, importa sublinhar, como se verá, o aumento do valor do orçamento para 2022 em 131.125 euros e das Grandes Opções do Plano em 350.752 euros.



A prioridade para 2022, em termos de GOP'S, passa por reforçar o investimento nalgumas subfunções relevantes, face ao ano anterior, sendo de realçar o aumento nas seguintes: Ordenamento do Território, Cultura, Transferência entre administrações, Habitação, Comércio e Turismo e Administração Geral.

Logicamente que o investimento nalgumas subfunções é influenciado pelas candidaturas aprovadas e que se espera executar, daí haver variações significativas de uns anos para os outros nalgumas subfunções. De qualquer maneira, as 10 principais apostas do executivo para 2022 são: Comércio e Turismo, sendo de realçar a Requalificação das Bateiras, Miradouro de S. Salvador do Mundo e zona ribeirinha da Ferradosa; Ordenamento do Território, com a Requalificação de Espaços Públicos, sendo de destacar a Porto Wine Square, em Ervedosa do Douro; os Transportes Rodoviários, com destaque para a Requalificação da EN222/3 – Pesqueira – Ferradosa; outras Funções Económicas, sendo de notar a Requalificação e Expansão da Zona Empresarial de S. João da Pesqueira; Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca, sendo de evidenciar a Pavimentação de Caminhos Agrícolas e a realização da Vindouro; Habitação, onde se destaca a implementação da Estratégia Local de Habitação; Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos, com ênfase para a 2.ª Fase do Estádio Municipal e manutenção das atividades festivas habituais, bem como dos apoios às associações culturais e recreativas; Resíduos Sólidos, através da aquisição de uma nova viatura de recolha de resíduos sólidos; Educação, através da manutenção do programa de combate ao insucesso escolar, reforçando-se, ainda, o valor para as bolsas de estudo social e por mérito e a manutenção dos transportes, refeições, apoio à aquisição de livros, entre outros; Apoio às várias Freguesias, através da manutenção das verbas transferidas nos anos anteriores e, em alguns casos, até de reforço.

De todo o modo, não obstante em 2022 se prever o maior volume de investimento dos últimos anos, superior em 13.870 euros ao previsto para 2021, o nível de endividamento esperado será muito inferior ao registado no final de 2017, aquando da tomada de posse deste executivo.

Em relação à despesa, verifica-se um aumento da despesa corrente de 147.594 euros face ao ano anterior, motivada pelo aumento da Despesa com o Pessoal, situação inevitável face à regularização de vínculos precários ao abrigo do PREVAP, descentralização de competências, atualização do salário mínimo nacional, aumentos salariais na função pública, progressões na carreira e, claro, contratação de recursos humanos nas áreas em que entendemos que são essenciais. No entanto, prevê-se uma redução significativa nas restantes despesas correntes, como é o caso da Aquisição de Bens e Serviços.

Face ao exposto, acreditamos que as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2022, não obstante todas as condicionantes existentes e a consequente necessidade de priorizar e fazer escolhas, refletem uma estratégia consistente com o desenvolvimento do Concelho e a sua afirmação como destino turístico e potência agrícola da região, salvaguardando, simultaneamente, todas as restantes valências de atuação e o equilíbrio das contas públicas".

O Senhor Presidente da Assembleia abriu inscrições para quem quisesse debater este ponto.

A Senhora Lourdes Marinho disse, para que percebessem, que o documento compreende três funções: as GOP's que englobam o PPI, Plano Plurianual de Investimentos e o Plano de Atividades Municipal. Nas GOP's e no PPI realçam-se as



obras que estão no começo e vão prolongar-se por vários anos. Enunciou algumas das obras e tem uma dúvida na parte da assinatura do protocolo de gestão e promoção do edifício pois não é da Quinta toda, mas sim do edifício. O milhão e cem mil euros, como disse o Senhor Presidente há pouco, vai ser para requalificação do edifício porque a parte agrícola não a vai dar a ninguém. O protocolo com a Escola Profissional vai ser para dinamizar e os alunos irem buscar conhecimentos. Quanto à abertura do Tribunal com os moldes antes de 2013, está difícil, mas oxalá que sim. A fixação de cinco médicos também vai ser complicado a Unidade de Cuidados Continuados está em andamento e ainda bem. Quanto ao pessoal, o Senhor Presidente está sempre a queixar-se que teve que regularizar os precários, mas os precários continuam. O gasto com o pessoal do quadro e os outros são cerca de três milhões, nesta fatia estão em novos postos de trabalho oitenta e cinco mil euros, pessoal em regime de avença ou tarefa duzentos e setenta e cinco mil euros, pessoal em outras situações sessenta e dois mil e trezentos euros, estes números praticamente eram os precários que cá estavam antigamente. O mapa da página 44 faz-lhe um bocadinho de confusão, na informação fora do plano consta um milhão sessenta e sete mil e oitocentos e trinta euros e com plano dois milhões novecentos e oitocentos e sessenta e seis mil duzentos e cinco euros, o que perfaz um total de quatro milhões quarenta e quatro mil euros e trinta e oito euros. Acha estranho estarem a aprovar um plano e aparecer uma verba fora do plano. Questionou para quê a verba fora do plano. Concorde com a verba gasta na publicidade, mas não ponham a oposição de lado, esta não se tem visto nas festas, eventos nem em assinaturas de protocolos. Os gastos do orçamento para 2021 aumentaram cento e trinta e um mil cento e vinte e cinco euros. Entre o saldo corrente e o saldo de capital, não é exagerado, mas avisa que tem que ser colmatado com empréstimos. Acha isto uma má gerência porque a Câmara não se pode pautar de dinheiros pedidos à banca e de dinheiros de fundos europeus. O orçamento geral de estado tem que ser bem gerido. Na ação social é um grande valor e as pessoas pensam logo que nessa rubrica estão a trabalhar muito, olhando para o valor total ficamos deslumbrados o problema é que esta verba vai ser distribuída para o ensino, ação social, cartão social do idoso e para as IPSS's, ordenamento de território, saneamento, abastecimento de águas, resíduos sólidos, proteção do meio ambiente, conservação da natureza, tudo isto está englobado nos dois milhões, quatrocentos e tal mil euros. A verba da cultura, também com um valor avultado, mas a cultura engloba desporto, recreio e lazer e outras atividades físicas e religiosas. Tiradas as fatias para essas rubricas sobra cerca de seiscentos mil euros para festas, levam uma parte muito grande desta verba. Nas funções económicas englobam agricultura, pecuária, silvicultura, caça, pesca e turismo. A festa pombalina está afeta aqui, logo arrecada trezentos mil euros. Na verba "outras funções", sempre foi contra essa verba pois a rubrica outros é muito perigosa, o Executivo coloca nessa rubrica o que o Executivo quiser. A única coisa boa que viu no orçamento foi as transferências para as freguesias. Outra verba "o fundo de apoio municipal" com oito mil euros é pouco. Concluiu que o orçamento não foi feito com a "pompa e circunstância" que devia ter sido feito, o Município continua a ser o maior empregador, os incentivos ao emprego não se vêm, é sempre mais do mesmo, as obras têm que ser feitas com os fundos europeus, a estratégia local leva muito pouco. O orçamento é feito com base nos fundos europeus, é geral pois os políticos de hoje não sabem trabalhar no duro e só fazem gestão com o dinheiro da banca. No orçamento do ano passado veio a mais quatro milhões de euros que tinham sido congelados no tempo



do Passos Coelho, festas que não se realizaram também houve uma poupança. Não vê uma gerência de progresso, é um documento como outro qualquer, vai-se gerindo. O Senhor Presidente da Câmara em resposta disse à Senhora Lourdes Marinho que esta não soube interpretar o orçamento, confundiu. O orçamento tem sido melhorado com gráficos é muito mais claro e visual. A estratégia local não está no orçamento, a rubrica da habitação de cerca de vinte mil euros é para ajudar em pequenas reparações. Não lhe ficou bem quando disse para que percebam, pois os seus colegas perceberam o orçamento. Fora do plano quer dizer que está nas despesas. Quanto ao endividamento foi o Executivo que esteve antes da qual a Senhora fazia parte que fez muita dívida. Tem vindo a baixar a dívida e o orçamento é feito nos mesmos moldes do que têm feito. O endividamento acontecia, mas deixou de acontecer, já deu provas durante estes quatro anos que gere bem a Câmara pois a dívida tem vindo a diminuir. Ficou muito ofendido quando disse que os políticos de hoje não sabem trabalhar no duro, se há pessoas que trabalharam no duro foi ele pois nasceu nas vinhas acartou uvas sempre ajudou os pais, não foi a Senhora pois a Senhora mandava trabalhar os seus alunos por si.

O Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto a votação o mesmo foi aprovado por maioria com as abstenções das Senhoras Lourdes Marinho e Ricardina Aguiar e dos Senhores João Almeida, António Froufe, António Costa e Carlos Carvalho.

Ponto 7 - Análise, discussão e votação do Mapa de Pessoal para o ano de 2022.

O Senhor Presidente da Assembleia abriu o ponto passando a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

O Presidente da Câmara explicou que prevê mais sete técnicos superiores, um assistente técnico e treze assistentes operacionais. Não são novos funcionários, mas sim funcionários que trabalham para o Município e têm que ser regularizados. As áreas são educação física, terapia da fala, saúde e apoio à família. O assistente técnico é uma mobilidade, há um funcionário que na altura que se regularizou foi como assistente operacional agora vão regularizá-lo porque desempenha as mesmas funções que os colegas. Nos assistentes operacionais é para regularizar os sapadores e outro pessoal do armazém e escolas. Se os lugares fossem preenchidos logo no início do ano estávamos a falar em mais oitenta e seis mil euros. Se os trabalhadores são necessários tem que os meter no quadro ou são prestações de serviço ou são trabalhadores do quadro. Se cumprem horários, desempenham funções como os outros são pessoas do quadro. Não fizeram tudo ao mesmo tempo, porque é melhor de uma forma gradual para equilibrar as contas.

A Senhora Lourdes Marinho disse que quer se queira quer não o mapa de pessoal é novo e há lugares criados que não existiam o ano passado. O diretor de departamento é um lugar a criar, sete técnicos superiores, um assistente técnico e treze assistentes operacionais, um técnico de informática grau I nível 1. Não diz que não sejam precisos os lugares, diz para terem cuidado pois um ordenado de assistente técnico não é igual a um ordenado de um Técnico Superior. Se são precisos tudo bem, mas tenham atenção. No outro mandato o Senhor Presidente ficava indignado com os postos que criavam e agora também cria lugares no mapa de pessoal. Na anterior intervenção devia ter pedido a palavra para defesa da honra pois não ofendeu o Senhor Presidente falou nos políticos na generalidade e o Senhor Presidente ofendeu-a como professora e isso ela não admite.



O Senhor Presidente respondeu dizendo que vão gastar mais dinheiro, é verdade que são mais lugares do que o ano passado, mas são os lugares que são necessários.

O Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto a votação o mesmo foi aprovado por maioria com as abstenções das Senhoras Lourdes Marinho e Ricardina Aguiar e dos Senhores João Almeida, António Froufe, António Costa e Carlos Carvalho.

Ponto 8 - Análise, discussão e votação da Fixação da Taxa Municipal dos Direitos e Passagem para 2022.

O Senhor Presidente da Assembleia abriu o ponto passando a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

O Senhor Presidente da Câmara explicou que a taxa de direitos de passagem para 2022 é de 0,25% é um direito do Município aplicar a taxa.

Não havendo inscrições o ponto foi colocado a votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade.

Ponto 9 - Análise, discussão e votação do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de S. João da Pesqueira (2021-2030).

O Senhor Presidente da Assembleia abriu o ponto passando a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

O Senhor Presidente da Câmara disse que este regulamento teve um parecer prévio em maio, um parecer positivo e vinculativo do Instituto Conservador da Natureza, esteve em discussão pública e foi aprovado em 25 de novembro pela Comissão.

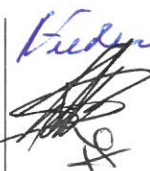
A Senhora Lourdes Marinho disse que aquando da discussão pública houve uma sugestão da bancada PSD/CDS e não é o seu partido ficam já a saber que não tem partido nenhum. Lamentou o facto de a Comissão não ter aceite a proposta dizendo que a mesma não se adaptava. Há ideias que não estão no plano, mas eram de extrema importância como por exemplo um conjunto de práticas florestais que contribuam para a preservação do solo na retenção de carbono, a reabilitação das áreas ardidas repovoando-as com floresta de baixa combustão, proteção e limpeza dos baldios, limpeza do mato junto aos postes de energia elétrica em especial nos postes elétricos de muita e alta tensão. Podiam-se criar postos de vigia, desenvolver uma floresta resiliente, reflorestar com árvores autóctones e não com eucaliptos, apoiar quem vive da floresta, subsidiando atividades agrícolas e florestais com vantagens para a gestão da mata. Tinham muitas coisas mais, mas já falou muito e foi quase a dona da Assembleia. A Natureza é a matéria prima do turismo e estar atento à floresta, através de equipas especializadas com visão contínua e sustentada, é incentivar a nova geração na compreensão dos fenómenos climáticos.

O Senhor Presidente da Câmara disse que as sugestões do grupo municipal PSD/CDS não decorriam da Lei. O plano já continha algumas das sugestões e outras não podiam contrariar a Lei.

O Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto a votação o mesmo foi aprovado por maioria com as abstenções das Senhoras Lourdes Marinho e Ricardina Aguiar e dos Senhores João Almeida, António Froufe, António Costa e Carlos Carvalho.

Ponto 10 - Análise, discussão e votação da Proposta de nomeação do Auditor Externo.

O Senhor Presidente da Assembleia abriu o ponto passando, de seguida a palavra ao Senhor Presidente.



O Senhor Presidente da Câmara explicou que fizeram convites a três entidades para o procedimento, inclusivamente ao ROC que trabalhava para o Município, ganhou aquele que apresentou a proposta mais baixa.

A Senhora Lourdes Marinho fez referência ao ponto nove, pois faz-lhe um bocadinho de confusão onde diz "os critérios de adjudicação previstos no procedimento o júri propôs a adjudicação do procedimento ao concorrente ... pelo valor de vinte e sete mil oitocentos e quarenta euros". No ponto dez refere que há cabimento no orçamento com o valor de onze mil e setenta euros em 2022, onze mil e setenta euros em 2023, onze mil e setenta euros no ano de 2024 e onze mil e setenta euros no ano de 2025. Ficou a pensar que a proposta já contemplava os quatros anos, mas não.

O Senhor Presidente explicou que no orçamento fez-se o cabimento de onze mil e setenta euros, mas as propostas podiam ser de valor inferior, isto era apenas uma previsão. O serviço ficará em vinte e sete mil durante os quatro anos.

Colocado o ponto a votação o mesmo foi aprovado por unanimidade.

Ponto11 - Análise, discussão e votação do Protocolo de Colaboração de Apoio Financeiro para a realização de investimentos diversos por parte da Freguesia de O Castanheiro do Sul.

O Senhor Presidente da Assembleia abriu o ponto dizendo que iam apreciar vários pontos referentes às Juntas de Freguesias e o Presidente de Junta no ponto da sua freguesia não votava.

O Senhor Presidente da Câmara explicou que estes documentos se dividiam em três: os autos, os contratos interadministrativos e os protocolos. Os protocolos são obras que as Juntas queiram fazer e alguma ajuda na manutenção dos cemitérios. Os contratos interadministrativos são para a recolha de lixo por isso é que não estão aqui as freguesias todas, onde o nosso camião não vai delega essa competência na Junta de Freguesia. Os autos foram feitos com base no Decreto-Lei n.º 57/2019 de 30 de abril que diz respeito às limpezas das ruas e pequenas reparações nas escolas. Independentemente de termos menos cerca de seiscentos mil euros decidiram que as freguesias deviam receber pelo menos o mesmo que o ano passado. Atualizaram alguns itens, deu como exemplo a população, pois esta tinha de estar de acordo com os Censos de 2021. Os cemitérios de Vale de Figueira e Ervedosa também foram alargados e também tinham de ser incluídos aqui. Decidiram dar mais quinhentos euros por sala para aquecimento das escolas, agora dão dois mil euros por sala. Com a atualização de dados havia uma discrepância enorme entre freguesias umas a receberem muito mais do que outras. Em vez de dar tanto peso ao critério população atribuíram mais peso à área agrícola. Aquelas que viriam a receber menos do que o ano passado fizeram com que pelo menos recebessem igual.

O Senhor Presidente da União de Freguesias de Trevões e Espinhosa disse que tem um protocolo com a Câmara com cerca de sessenta mil euros anual. No ponto quarenta tem mais cerca de oito mil que perfaz um total de cerca de oitenta e quatro mil euros. No orçamento a sua Junta de Freguesia receberá sessenta e três mil cento e noventa e seis por parte da Câmara e cerca de onze mil euros do Estado. Para que não haja dúvidas e para que as pessoas não pensem que vamos receber diretamente da Câmara os sessenta e quatro mil seiscentos e seis mais o que vem diretamente do Estado cerca de onze mil e tal euros. A soma do ponto vinte e do ponto quarenta relativamente com a página 132 há diferença de valores.



A Senhora Lourdes Marinho interveio dizendo que estes protocolos já iam sendo feitos. Relativamente ao protocolo de colaboração inicia-se o documento pelo considerando referindo na "alínea f" o que a freguesia auferiu do orçamento de Estado do ano de 2021, mas desconhece-se uma vez que a Assembleia da República foi dissolvida. No ponto três o Município compromete-se a prestar apoio à freguesia através da atribuição do subsídio anual pago mensalmente. Não concorda, pois o reforço da autonomia financeira das freguesias usa-se para justificação das dificuldades com que as freguesias se defrontam para fazer face às suas atribuições e competências, isso tudo é certo. Na cláusula quinta a Junta de Freguesia anualmente e até 28 de fevereiro tem que apresentar o relatório de execução concorda numa parte noutra nem tanto. No contrato interadministrativo a cláusula quatro no ponto 1 diz o seguinte " ... os recursos financeiros contratualizados" é aqui que a Câmara tem orçamento diretamente do Estado tem verbas, e depois depara-se com empréstimos à banca para ajudar as freguesias. A gerência tem que ser bem vista porque o orçamento geral do Estado não é para dar, é para ir colmatando estas pequenas ajudas. Nas reparações dos estabelecimentos de ensino pré-escolar e primeiro ciclo concorda, nas limpezas dos espaços públicos, sargetas e sumidouros concorda. No auto de transferências de recursos é um documento bem apoiado e justificado pela Lei, contudo a transferência é por duodécimos, verbas tão pequenas. Será que alguma Junta consegue concretizar alguma obra com verbas a conta gotas? Mesmo enviadas atempadamente o que por vezes não acontece, há uma Junta que recebe duzentos euros por ano, por mês são dezasseis euros e pouco. No número três da clausula 9 diz "compete ao Município fiscalizar a boa aplicação das verbas transferidas "isto é uma obrigação, a Câmara não fiscaliza muita coisa e vai fiscalizar os Presidentes de Junta, questionou. A Junta de Freguesia não pode estar à espera da Câmara para fazer as obras, a Junta também tem verba, porque não darem o dinheiro todo de uma vez é tudo uma questão de gerência. A Câmara recebe em duodécimos, depois tem que ir à banca. Deve haver transparência em tudo, mas ela confia em todos os Presidentes de Junta, do nosso lado do PSD só temos duas Juntas de Freguesia, mas confia em vocês todos. Vota a favor, mas era melhor que este dinheiro não fosse dado em duodécimos, mas sim na totalidade.

Em resposta o Senhor Presidente da Câmara disse que o Presidente de Junta não percebeu as contas pois todos os outros perceberam. Convidou todos os Presidentes de Junta para falar sobre este assunto. Agradece que as pessoas falem verdade, se bem se lembram os outros Presidentes de Junta, o Senhor António Froufe lançou uma confusão de números. Trevões recebeu em 2021 o que estava no mapa, no primeiro mês recebeu em acertos cinco mil setecentos e trinta e oito euros, mas os outros meses é cinco mil duzentos e quarenta e sete que dá o total correto e recebeu ainda onze mil quatrocentos e dezasseis da DGAL. Está tudo certo. Os montantes da limpeza urbana em vez de ser a Câmara a receber o dinheiro recebem as freguesias diretamente da DGAL.

À Senhora Lourdes Marinho pediu para não falar sobre tudo, pois por vezes confunde-se nas afirmações que faz. Não há Câmara nenhuma que transfira tanto para as Juntas de Freguesia como a da Pesqueira, as transferências que a Câmara faz para as freguesias dobram o orçamento, se Castanheiro tem cinquenta e quatro mil atribuídos pela Câmara é o dobro, assim como as outras freguesias. Para além destas verbas fizeram dois empréstimos para que as Juntas fizessem as obras que quisessem nas



freguesias. Não está a prejudicar as freguesias. A transferência para as freguesias foi dobrada, mas mesmo assim ainda há alguém que tenha que dizer alguma coisa. O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação o mesmo foi aprovado por unanimidade.

Ponto 12 - Análise, discussão e votação do Protocolo de Colaboração de Apoio Financeiro para a realização de investimentos diversos por parte da Freguesia de Ervedosa do Douro.

O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação o mesmo foi aprovado por unanimidade.

Ponto 13 - Análise, discussão e votação do Protocolo de Colaboração de Apoio Financeiro para a realização de investimentos diversos por parte da Freguesia de Nagoselo do Douro.

O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação o mesmo foi aprovado por unanimidade.

Ponto 14 - Análise, discussão e votação do Protocolo de Colaboração de Apoio Financeiro para a realização de investimentos diversos por parte da Freguesia de Paredes da Beira.

O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação o mesmo foi aprovado por unanimidade.

Ponto 15 - Análise, discussão e votação do Protocolo de Colaboração de Apoio Financeiro para a realização de investimentos diversos por parte da Freguesia de Riodades.

O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação o mesmo foi aprovado por unanimidade.

Ponto 16 - Análise, discussão e votação do Protocolo de Colaboração de Apoio Financeiro para a realização de investimentos diversos por parte da Freguesia de Soutelo do Douro.

O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação o mesmo foi aprovado por unanimidade.

Ponto 17 - Análise, discussão e votação do Protocolo de Colaboração de Apoio Financeiro para a realização de investimentos diversos por parte da Freguesia de Vale de Figueira

O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação o mesmo foi aprovado por unanimidade.

Ponto 18 - Análise, discussão e votação do Protocolo de Colaboração de Apoio Financeiro para a realização de investimentos diversos por parte da Freguesia de Valongo dos Azeites.

O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação o mesmo foi aprovado por unanimidade.

Ponto 19 – Análise, discussão e votação do Protocolo de Colaboração de Apoio Financeiro para a realização de investimentos diversos por parte da União de Freguesias de S. João da Pesqueira e Várzea de Trevões.

O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação o mesmo foi aprovado por unanimidade.

Ponto 20 - Análise, discussão e votação do Protocolo de Colaboração de Apoio Financeiro para a realização de investimentos diversos por parte da União de Freguesias de Trevões e Espinhosa.

O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação o mesmo foi aprovado por unanimidade.

Ponto 21 - Análise, discussão e votação do Protocolo de Colaboração de Apoio Financeiro para a realização de investimentos diversos por parte da União de Freguesias de Vilarouco e Pereiros.

O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação o mesmo foi aprovado por unanimidade.

Ponto 22 - Análise, discussão e votação da Proposta de Minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município de S. João da Pesqueira e a Freguesia de Castanheiro do Sul.

O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação o mesmo foi aprovado por unanimidade.

Ponto 23 - Análise, discussão e votação da Proposta de Minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município de S. João da Pesqueira e a Freguesia de Ervedosa do Douro.

O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação o mesmo foi aprovado por unanimidade.

Ponto 24 - Análise, discussão e votação da Proposta de Minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município de S. João da Pesqueira e a Freguesia de Nageselo do Douro.

O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação o mesmo foi aprovado por unanimidade.

Ponto 25 - Análise, discussão e votação da Proposta de Minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município de S. João da Pesqueira e a Freguesia de Paredes da Beira.

O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação o mesmo foi aprovado por unanimidade.



Ponto 26 - Análise, discussão e votação da Proposta de Minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município de S. João da Pesqueira e a Freguesia de Riodades.

O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação o mesmo foi aprovado por unanimidade.

Ponto 27 - Análise, discussão e votação da Proposta de Minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município de S. João da Pesqueira e a Freguesia de Vale de Figueira.

O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação o mesmo foi aprovado por unanimidade.

Ponto 28 - Análise, discussão e votação da Proposta de Minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município de S. João da Pesqueira e a União de Freguesias de São João da Pesqueira e Várzea de Trevões.

O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação o mesmo foi aprovado por unanimidade.

Ponto 29 - Análise, discussão e votação da Proposta de Minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município de S. João da Pesqueira e a União de Freguesias de Trevões e Espinhosa.

O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação o mesmo foi aprovado por unanimidade.

Ponto 30 - Análise, discussão e votação da Proposta de Minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município de S. João da Pesqueira e a União de Freguesias de Vilarouco e Pereiros.

O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação o mesmo foi aprovado por unanimidade.

Ponto 31 - Análise, discussão e votação do quadro de transferência de competências para a Freguesia de Castanheiro do Sul.

O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação o mesmo foi aprovado por unanimidade.

Ponto 32 - Análise, discussão e votação do quadro de transferência de competências para a Freguesia de Ervedosa do Douro.

O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação o mesmo foi aprovado por unanimidade.

Ponto 33 - Análise, discussão e votação do quadro de transferência de competências para a Freguesia de Nageselo do Douro.

O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação o mesmo foi aprovado por unanimidade.

Ponto 34 - Análise, discussão e votação do quadro de transferência de competências para a Freguesia de Paredes da Beira.

O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação o mesmo foi aprovado por unanimidade.

Ponto 35 - Análise, discussão e votação do quadro de transferência de competências para a Freguesia de Riodades.

O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação o mesmo foi aprovado por unanimidade.

Ponto 36 - Análise, discussão e votação do quadro de transferência de competências para a Freguesia de Soutelo do Douro.

O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação o mesmo foi aprovado por unanimidade.

Ponto 37 - Análise, discussão e votação do quadro de transferência de competências para a Freguesia de Vale de Figueira.

O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação o mesmo foi aprovado por unanimidade.

Ponto 38 - Análise, discussão e votação do quadro de transferência de competências para a Freguesia de Valongo dos Azeites.

O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação o mesmo foi aprovado por unanimidade.

Ponto 39 - Análise, discussão e votação do quadro de transferência de competências para a União de Freguesias de S. João da Pesqueira e Várzea de Trevões.

O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação o mesmo foi aprovado por unanimidade.

Ponto 40 - Análise, discussão e votação do quadro de transferência de competências para a União de Freguesias de Trevões e Espinhosa.

O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação o mesmo foi aprovado por unanimidade.

Ponto 41 - Análise, discussão e votação do quadro de transferência de competências para a União de Freguesias de Vilarouco e Pereiros.

O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação o mesmo foi aprovado por unanimidade.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia solicitou ao Plenário a aprovação em minuta dos pontos 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41 a fim de terem eficácia externa, o que foi aprovado por unanimidade.

ENCERRAMENTO:

O Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a reunião às dezoito horas e cinquenta minutos, agradecendo a presença de todos e desejando para todos e respectivas Famílias um Santo e Feliz Natal, tempo de fraternidade e paz entre os Homens, solicitando, contudo, que façam o convívio familiar com a necessária contenção, lembrando que enfrentamos de novo uma vaga pandémica e que, portanto, é necessário comportamento adequado às circunstâncias, para o bem de todos.

Dos trabalhos em agenda foi lavrada a ata que, depois de lida, foi posta a votação e aprovada por maioria irá ser assinada pelos Membros que compuseram a Mesa e a redigiram.

O Presidente da Assembleia Municipal

Ednardo Manuel Monteiro

O 1.º Secretário

Luís João Calhaz da Silva

O 2.º Secretário

Alcides Queiroz de Jesus Pereira

Proposta ao abrigo do Ponto 1, alínea b)
do artº 29º da Lei 75/2013 - Regime jurídico
das Autarquias locais.

Regimento da Ass. Municipal

Capítulo I

Natureza, Constituição e Competências da Assembleia

Artº 1º

(Natureza)

1 - A assembleia municipal é o órgão deliberativo e fiscalizador do município.

Artº 2º

(Constituição)

1 - Os membros da assembleia representam os munícipes residentes na respectiva área e a sua actividade visa a salvaguarda dos interesses do município e a formação do bem-estar da população, no respeito da Constituição da República e das leis.

2 - A assembleia municipal é constituída por onze presidentes de junta de freguesia e por quinze membros eleitos pelo colégio eleitoral do município.

3 - O número de membros eleitos directamente não pode ser inferior ao triplo do número de membros da respectiva câmara municipal.

4 - Nas sessões da assembleia municipal participam os cidadãos que enquadram as listas mais votadas na eleição para as assembleias de freguesia da área do município, enquanto estas não forem instaladas.

Artigo 3.^o (Convocação para o acto de instalação)

1 - Compete ao presidente da assembleia municipal cessante proceder à convocação dos eleitos para o acto de instalação dos órgãos da autarquia, que deve ser conjunto e sucessivo.

2 - A convocação é feita nos cinco dias subsequentes ao do apuramento definitivo dos resultados eleitorais, por meio de edital e carta com aviso de recepção, ou através de protocolo e, tendo em consideração o disposto no n.º 1 do artigo seguinte.

Artigo 4.^o (Instalação)

1 - O presidente da assembleia cessante procede à instalação da nova assembleia até ao 20.º dia posterior ao apuramento definitivo dos resultados eleitorais.

2 - Quem proceder à instalação verifica a identidade e a legitimidade dos eleitos e designa, de entre os presentes, quem redige o documento comprovativo do acto, que é assinado, pelo menos, por quem procedeu à instalação e por quem o redigiu.

3 - A verificação da identidade e legitimidade dos eleitos que hajam faltado, justificadamente, ao acto de instalação é feita, na primeira reunião do órgão a que compareçam, pelo respectivo presidente.

Artigo 5.^o (Primeira reunião)

1 - Até que seja eleito o presidente da assembleia compete ao cidadão que tiver encabeçado a lista mais votada ou, na sua falta, ao cidadão sucessivamente melhor posicionado na mesma lista presidir a primeira reunião de funcionamento da assembleia municipal, que se efectua imediatamente a seguir ao acto de instalação, para efeitos de eleição do presidente e secretários da mesa.

2 - Na ausência de disposição regimental, compete à assembleia deliberar se a eleição a que se refere o número anterior é uninominal, ou por meio de listas.

3 - Verificando-se empate na votação, procede-se a nova eleição, obrigatoriamente, uninominal.

4 - Se o empate persistir nesta última, é ~~deli~~ declarado eleito para as funções em causa o cidadão que, de entre os membros empatados, se encontrava melhor posicionado nas listas que os concorrentes integraram na eleição para a assembleia municipal, preferindo sucessivamente a mais votada.

5 - Enquanto não for aprovado novo regimento, continua em vigor o anteriormente aprovado.

Competências da Assembleia Municipal

Artº 2º

1 - e) ... com a antecedência de 5 dias sobre a data da convocatória para que conste da respectiva ordem do dia.

Secção II

Artº 15º

(Ordem do Dia)

3 - A ordem do dia ..., oito dias ...

(novo) 5 - Os documentos devem ser facultados em formato papel, salvo se algum membro da Assembleia expresse a sua vontade, de que os mesmos lhes sejam enviados por email.

6 - Os documentos que complementem a instrução do processo deliberativo respeitantes ... devem estar disponíveis para consulta nos cinco dias anteriores à data indicada para reuniões.

Secção III

Artº 19º (Período de intervenção do Público)

3 - O período de intervenção aberto ao público, referido no nº 1 deste artigo, será distribuído, equitativamente, pelos inscritos.

Secção V

Artº 23º (Regras do uso da palavra para discussões da O. Dia)

Retirar o ponto 4 - dado o artigo seguinte ser destinado ao uso da palavra pelos membros da Câmara Municipal.

(Regras de uso da palavra pelos membros da
Artº 24º Câmara Municipal)

2- No período da "Ordem do Dia", a palavra é concedida ao presidente da câmara ou ao seu substituto legal, dispondo de 30 minutos para:

a) retirar-se, porque está consignado no nº 1 do artº 2º alínea e), nas competências de Assembleia municipal.

Substituindo por

a) Responder a pedidos de esclarecimento, sempre que solicitados pelos membros da assembleia.

b) manter

c) "

Secção VII

Faltas

Artº 37

2- ".... em trinta minutos do início dos trabalhos",

2- a) não se considera faltoso o membro da Assembleia que faça parte dos trabalhos até 2/3 do termo da reunião.

A proponente

Lu. de Lourdes L. Marinho Costa

